



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA
ISSN 2525-3441

REVISTA AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA

V. 8, N.22, P.253-276

DOI: 10.18764/2525-3441V8N22.2023.12

PODER E RESISTÊNCIA NA INVENÇÃO MIDIÁTICA DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL

POWER AND RESISTANCE IN THE MEDIA INVENTION OF HOMOSEXUALITY IN BRAZIL

Lucas de Freitas Santos

<https://orcid.org/0009-0005-8403-6450>

Deyvisson Pereira da Costa

<https://orcid.org/0000-0001-8401-7122>

Suely Henrique de Aquino Gomes

<https://orcid.org/0000-0002-5711-483X>

Resumo: Este trabalho empreende uma genealogia da homossexualidade no Brasil tendo em vista a implantação da *scientia sexualis* e a consolidação midiática da figura homossexual desde a epidemia de Aids. Até o início do século XX, as práticas sexuais entre iguais estavam organizadas a partir dos papéis de gênero. Desde então, houve um crescente interesse das mídias, da ciência, da medicina e do Estado sobre o corpo e as práticas dos homens que tinham práticas sexuais com outros homens. Interroga-se: quais jogos de poder e resistência deram condições de emergência aos modos de ser homossexual presentes em nossa atualidade? O objetivo é descrever como os processos de subjetivação dos homens atraídos por parceiros do mesmo sexo encontram-se constituídos pelo dispositivo de sexualidade, especialmente em sua dimensão comunicacional. Para tal tarefa, vale-se da genealogia foucaultiana para descrever uma história das possibilidades de se tornar um sujeito homossexual diante de relações de poder-saber materializadas em uma rede de enunciados e de práticas utilizada para interpretar, gerir, disciplinar e normatizar o sexo entre homens. Conclui-se que a *scientia sexualis* foi responsável por incitar determinadas formas de ser, estar no mundo e nele intervir. E ainda, que ela inventou a noção de homossexualidade masculina, enquanto um modo de subjetivação amplamente conhecido e reproduzido desde a epidemia da Aids, tendo a participação inegável da imprensa. Desde o acontecimento Aids, o modo como alguns indivíduos são vistos, se reconhecem e passam a existir no mundo se modifica enquanto resultado de poderes e resistências.

Palavras-chave: Dispositivo de Sexualidade; Homossexualidade; Mídia; Imprensa; Aids.

Abstract: This work undertakes a genealogy of homosexuality in Brazil in view of the implementation of *scientia sexualis* and the media consolidation of the homosexual figure since the AIDS epidemic. Until the beginning of the 20th century, sexual practices between equals were organized based on gender roles. Since then, there has been a growing interest from the media, science, medicine and the State about the body and practices of men who have sexual practices with other men. The question is: which games of power and resistance gave emergence conditions to the ways of being homosexual present in our time? The objective is to describe how the subjectivation processes of men attracted to same-sex partners are constituted by the deployment of sexuality, especially in its communicational dimension. For this task, Foucauldian genealogy is used to describe the history of possibilities of becoming a homosexual subject in the face of power-knowledge relations materialized in a network of statements and practices used to interpret, manage, discipline and regulate sex between men. It is concluded that *scientia sexualis* was responsible for inciting certain ways of being, being in the world and intervening in it. And yet, that it invented the notion of male homosexuality, as a way of subjectivation widely known and reproduced since the AIDS epidemic, with the undeniable participation of the press. Since the AIDS event, the way some individuals are seen, recognized and come to exist in the world changes as a result of powers and resistance.

Keywords: Deployment of Sexuality; Homosexuality; Media; Press; Aids.

INTRODUÇÃO



Este trabalho empreende uma genealogia do sujeito homossexual no Brasil, desde a implantação de uma *scientia sexualis* iniciada no século XX até as transformações incitadas pela cobertura midiática da epidemia de Síndrome da Imunodeficiência Humana, a Aids, nos anos 1980. Percorremos enunciados, especialmente na imprensa, para descrever os jogos de poder-saber implicados em modos de subjetivação historicamente constituídos e em torno da crescente problematização de uma *questão gay*.

No Brasil, até a virada do século XIX para o XX, as práticas sexuais entre iguais estavam organizadas a partir dos papéis de gênero, quando, segundo Parker (2002), o homem verdadeiro penetrava os outros e, em tese, jamais era penetrado, enquanto o indivíduo penetrado era visto, e via a si mesmo, como um simulacro de mulher. Desde a *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2020) implantada no Brasil a partir da década de 1930, essa noção generificada das práticas sexuais começa a perder força. Porém, é com a ampla cobertura da mídia brasileira sobre a epidemia da Aids, que a noção de desejo possível entre iguais se torna amplamente conhecida, inclusive entre os praticantes de sexos entre iguais.

Neste sentido, buscamos descrever a epidemia da Aids como um *acontecimento* (FOUCAULT, 2014), uma vez que afetou relações heterogêneas e modificou o modo como alguns indivíduos eram vistos, se reconheciam e passaram a existir no mundo e nele intervir. Assim, dispersando sujeitos em novos arranjos e espaços, a epidemia da Aids consolidou diferentes modos de ser *gay* na sociedade brasileira. Por isso, uma investigação genealógica sobre a homossexualidade e os modos de subjetivação no Brasil, presentes na imprensa, especialmente durante a cobertura jornalística da Aids, torna-se relevante. Afinal, como se constituiu a homossexualidade no Brasil e qual a participação de parte da imprensa neste *acontecimento-Aids*, responsável por consolidar a emergência do sujeito homossexual conforme o conhecemos hoje? Em outras palavras, quais jogos de poder e resistência deram condições de possibilidade e

emergência aos modos de ser homossexual presentes em nossa atualidade? Em outras palavras, interessa-nos saber



como os processos de subjetivação de homens atraídos por parceiros do mesmo sexo foram afetados pelo dispositivo de sexualidade, especialmente em sua dimensão comunicacional, uma vez que a noção de homossexualidade masculina foi inventada enquanto modo de subjetivação amplamente conhecido, reproduzido e disseminado midiaticamente desde a epidemia da Aids.

Para encaminhar tal empreitada, na primeira seção, definimos a sexualidade enquanto fenômeno histórico-discursivo, e não biológico, resultado de embates entre saberes, poderes e sujeitos. Em seguida, apresentamos a genealogia, metodologia que subjaz este trabalho, bem como as noções elaboradas por Foucault (2020, 2021) sobre as práticas sexuais ocidentais, as quais servem para registrar a história das práticas sexuais entre homens em terras brasileiras.

Na seção seguinte, periodizamos as práticas de homens que faziam sexo com outros homens até a emergência da homossexualidade: “entendido não apenas como uma forma de comportamento sexual, mas também como uma classe de pessoas, ou mesmo uma maneira diferente de ser no mundo” (PARKER, 2002, p. 67). Este percurso permite rastrear relações de saber, poder e subjetivação, e especialmente práticas de resistência. Esta genealogia não pretende unificar e organizar a totalidade dessa rede que cercou a prática homossexual, mas cartografar poderes e resistências em torno dela.

255

PODER-SER, SABER-SER E MODOS DE SER: GENEALOGIA DA HOMOSSEXUALIDADE

A sexualidade não é uma centelha escondida na alma de cada ser humano à espera de incendiá-la de desejo. Também está longe de ser uma regra biológica previamente dada. Podemos afirmar que a sexualidade “não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 71).

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não é a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2020, p. 115).



Para Foucault (2020), a sexualidade é definida pelo meio que a organiza, ao mesmo tempo que esse meio é organizado por ela. Todo humano nasce em meio às expectativas sobre seu gênero, categoria que separa rigorosamente os homens e mulheres. Certamente essas organizações afetam e direcionam a maioria das pessoas, mas onde há poder há resistência e, por isso, algumas pessoas podem se subjetivar de maneiras outras, podem se sentir de alguma maneira não pertencentes à essa lógica. Assim, a sexualidade não só produz sujeitos, mas também passa a ser objeto de questionamento por esses mesmos sujeitos.

A perspectiva foucaultiana compreende o poder como “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2020, p. 101), que visa adestrar e moldar corpos, “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2021, p. 45). Constrangido por forças sociais, políticas, culturais, comunicacionais e muitas outras, o sujeito é constituído, pois ele “não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um dos seus mais importantes efeitos” (MACHADO, 2021, p. 25). O poder descrito por Foucault (1995; 2020; 2021) conduz os indivíduos através de limites estabelecidos socialmente que, sejam percebidos moralmente como positivos ou negativos, produzem os sujeitos.

Regido por esse poder, o sexo e tudo que o cerca foram organizados ao longo do tempo conforme condições díspares. Sem alcançar a verdade sobre a sexualidade, definiram regras baseadas no “imperativo da heterossexualidade reprodutiva, o qual exige a diferenciação sexual, o binarismo de gênero e a atração dos gêneros opostos” (CÉSAR, 2017, p. 246). Organizando uma lógica nada natural, já que são classificações apenas exprimíveis e não substanciais, as regras da heterossexualidade se

estruturaram dentro da ordem do naturalmente normal, solidificando sexualidades inteligíveis “que, em certo sentido,



instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo" (BUTLER, 2003, p. 38).

Essas regras foram organizadas, aplicadas e supervisionadas pelo dispositivo de sexualidade: uma rede de saberes e poderes que se formou em torno do sexo a partir do século XIX (FOUCAULT, 2020). Isso não quer dizer que não haviam lógicas já organizadas antes disso, mas as regras eram outras, enquanto antes essa organização era feita pelo dispositivo de aliança, um "sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens" (FOUCAULT, 2020, p. 115). A partir do século XIX, sobrepondo-se a esse antigo, emerge o dispositivo de sexualidade, que "trata-se de uma intensificação do corpo, de uma problematização da saúde e de suas condições de funcionamento; trata-se de novas técnicas para maximizar a vida" (FOUCAULT, 2020, p. 134).

Uma das principais ferramentas desse dispositivo foi a *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2020). Através de uma polícia dos enunciados em torno do desejo e do prazer, esse saber regularizou "o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição" (FOUCAULT, 2020, p. 28). Não proibiram falar sobre sexo, mas organizaram meios de falar dele através de um discurso científico atrelado à Psicologia, à Medicina e ao Direito, que unidos definiam o normal e o anormal. Foi através do dispositivo de sexualidade que "o sexo se tornou uma instância privilegiada para a determinação da verdade científica dos sujeitos e para sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade" (DUARTE, 2017, p. 256). A partir de então, falam sobre sexo "de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos" (FOUCAULT, 2020, p. 30).

A *scientia sexualis* preocupava-se em interpretar, gerir, disciplinar e normatizar essa proliferação do sexo e tudo que o cerca, de modo que a civilização ocidental foi incitada a produzir sobre o seu sexo todo tipo de registro. As consultas médicas, o confessionário pastoral, as pesquisas populacionais e todo registro da humanidade foi realizado mediante a esse objetivo estratégico, já que "não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos" (FOUCAULT, 2020, p.



103). Baseado em suas próprias diretrizes, a *scientia sexualis* questionou, registrou, analisou e organizou o território explorável do sexo questionando a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos homossexuais, das histéricas e tudo o mais que poderia fugir das suas estipulações normativas sobre o sexo (FOUCAULT, 2020).

Através das normas estipuladas pela *scientia sexualis*, foram definidos campos rígidos de supervisão e modos de ser. Aos normais, todo incentivo e validação. Já o anormal era combatido e repreendido, era o exemplo a não se seguir. Através de tudo que é exprimível sobre o corpo humano (o modo de andar, a altura, o peso, o movimento dos braços, o tom da voz, etc) foi definido uma verdade sobre a sexualidade e seus praticantes. Distribuindo nomes e verdades irrefutáveis na alma desses sujeitos, essa ciência fez emergir clássicos desviantes, entre eles a figura do homossexual. Sob esse nome, um mundo de expectativas e normas foi estipulado, pois “dar nome às coisas é ordenar o mundo, é instituir os parâmetros pelos quais o vemos, é legislar e, sobretudo, socializar-se socializando-o” (GOMES, 2003, p. 21-22). Ao nomear indivíduos não só identificamos ou reconhecemos o outro, mas são constituídos sujeitos específicos dentro de um determinado jogo de forças. Através das palavras, dos nomes, o poder condiciona o pensar e, conseqüentemente, o comunicar através de uma linguagem organizada por uma dada ordem do discurso (FOUCAULT, 2014). De maneira semelhante, Mayra Rodrigues Gomes (2003) afirma que “a própria linguagem funciona como um mapa, quadriculando o mundo em eixos de latitude e longitude” (p. 56).

A linguagem e a comunicação, dependentes mútuos, são parte importante da constituição da sociedade e de seus sujeitos. Como indica Foucault (1995), por modificar a perspectiva informacional dos indivíduos, as relações de comunicação “induzem efeitos de poder” (p. 241), por isso o registro e a veiculação da informação fazem surgir um novo mundo. É através das mensagens transmitidas por veículos de comunicação e bibliografias sobre as práticas dos homens que se relacionavam com outros

homens no século XX que este trabalho organiza uma genealogia do sujeito homossexual.



A partir dos caminhos traçados por Foucault (1995), buscamos compreender processos de subjetivação descrevendo uma história das possibilidades de se tornar um sujeito homossexual no Brasil. A noção de dispositivo de sexualidade serve como ponto de partida para compreender a construção da ideia de

sujeito homossexual longo do século XX, não como uma categoria ontológica, mas uma definição carregada de significações históricas, um exprimível e não um ser¹. Exprimível enquanto força que “aplica-se à vida cotidiana imediata categorizando o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (1995, p. 235).

Através da descrição de dispositivos, a genealogia (FOUCAULT, 2021) remonta à história e relata as possibilidades de se tornar sujeito diante de forças sociais diversas não para fundar mais uma identidade verdadeira e linear. Um dispositivo é a rede estabelecida entre partes heterogêneas, com dimensões linguísticas e não-linguísticas, que estão sempre em movimento e se modificam em função de uma estratégia dominante.

É na proveniência (*Herkunft*) e na emergência (*Entstehung*) nietzschiana que Foucault (2021) baseou os direcionamentos para sua metodologia e o uso da história nela, e à qual aqui recorreremos. A proveniência “é o antigo pertencimento a um grupo - do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixeza” (FOUCAULT, 2021, p. 61-62). Já a emergência é “o princípio e a lei singular de um aparecimento” (FOUCAULT, 2021, p. 65), mas essa marcação do aparecimento não diz respeito à hora exata na qual surgiu o objeto/sujeito, mas sim do momento pelo qual as relações de poder voltaram seus olhos para isso e a tornaram enunciável em nossa sociedade, fazendo dela uma verdade exprimível do ser. Advogamos que através da proveniência e da emergência é possível empreender organizar uma genealogia da homossexualidade no Brasil.

Assim, não é intuito marcar a origem verdadeira e única de uma prática homossexual, mas descrever o devir dessas práticas e o contexto no qual foram organizadas. Trata-se de fazer uma análise crítica das suas possibilidades de existência ao indagar o que



torna possível o sujeito homossexual da maneira como ele se apresenta e, ao responder, revelar um sujeito homossexual localizado historicamente e construído através dos jogos de poder de sua época, o que “permite dissociar supostas identidades para, no lugar do Eu, fazer emergir o conjunto das multiplicidades díspares de acontecimentos vazios de sentido” (TEMPLE, 2013, p. 171). “Portanto: analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (FOUCAULT, 2020, p. 100).

SUJEITOS HOMOSSEXUAIS: DOS FANCHONOS AOS ANORMAIS

Ao longo da história, as práticas sexuais entre dois homens foram registradas de diversas maneiras. Após o período de perseguição religiosa explícita (CLEMENTE; MALINVERNI, 2020, p. 217), o registro dessas práticas diminuiu, mas se manteve nos documentos médicos, jurídicos e jornalísticos, contribuindo para a perpetuação de uma cultura homofóbica na cidade, onde a figura dos homens efeminados emerge e toma forma. Especificamente, ao longo do século XX, no Brasil, houve um crescente interesse das mídias, da ciência, da medicina e do Estado sobre o corpo e as práticas desses homens, que criaram nas metrópoles verdadeiros espaços de homossociabilidade. “A cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais” (ERIBON, 2008, p. 31), nela a homossociabilidade expandiu-se graças a uma “geografia sexual complexa presente no relativo anonimato da vida urbana” (PARKER, 2002, p. 73).

Segundo Green (2019), os putos, oriundos do Brasil Colonial, eram um dos estereótipos que enfatizava a ligação de práticas homossexuais com a prostituição. Sobrepondo-se aos putos, o termo fresco, presente desde o fim do século XIX, era utilizado corriqueiramente para designar homens que, além de serem relacionados com a prostituição, eram bem-vestidos e efeminados, por isso seriam supostamente penetrados por outros homens.

Já os fanchonos eram homens masculinos que exerciam a função ativa da prática anal e quase não foram observados pelos interessados nessa subcultura da época. Juntos, os



frescos, uma variação dos antigos putos, e os fanchonos frequentavam determinados espaços urbanos, em busca de homens com interesse em práticas sexuais semelhantes.

A perseguição policial constante aliou-se à ciência importada dos europeus e norte-americanos por médicos brasileiros que voltavam seus estudos para as práticas desses homens marginais. É possível perceber desde essa época a articulação entre saberes e poderes nos ajustes dos desviantes. No Brasil, principalmente entre 1930 e 1940, a medicina se preocupou com muito afinco em observar e registrar o que pudessem sobre essas práticas tão temidas em sua época. Sobre esses corpos, assim como observou Foucault (2020), o poder se preocupou em observar, registrar e intervir, normalizando e normatizando os corpos. No mundo europeu e, mais adiante no Brasil, os saberes se empenharam em dar um rosto e uma identidade observável para esses corpos e práticas e produzir a partir deles uma verdade.

261

Segundo Parker (2002), a cultura, a ciência e até mesmo esses sujeitos atrelaram a origem de suas práticas sexuais às “relações de poder e dominação entre machos e fêmeas” (p. 56), e tal hierarquia distinguiu atividade e passividade dos sujeitos durante suas práticas sexuais. Essa visão generificada explica em parte o desinteresse dos primeiros pesquisadores pela figura dos fanchonos, os “homens verdadeiros”, enquanto as instituições brasileiras se obstinavam em estudar principalmente esses corpos efeminados. É o garoto afeminado e as suas práticas consideradas suspeitas e indicativas de uma inversão de gênero que tornaram-se objeto de cuidado, atenção e injúria, segundo Jablonka (2021).

É a partir desse escrutínio que se obstinou descobrir e dar sentido para as práticas sexuais entre homens, que deveriam ser curadas e não apenas punidas pelo jurídico ou pelo divino: o poder se obstina em caçar toda prática homossexual, enquanto esses sujeitos se empenham em manter em segredo toda sua prática. Assim, todo um sistema de captura foi desenvolvido para estudar esses corpos quando se desenvolve uma extorsão da confissão sexual em benefício de uma verdade sobre o sexo produzida por uma *scientia sexualis*

(FOUCAULT, 2020). Essa visão médica e científica sobre a sexualidade foi incorporada aos poucos na “linguagem da lei, do governo e da religião organizada, demarcando um mundo de *normalidade* e *anormalidade* - de *saúde sexual* em oposição a *doença*, *perversão* e *desvio*” (PARKER, 2002, p. 66, grifos do autor). Há um novo quadro classificatório, fugindo dos discursos do pecado e do crime, quando a sexualidade passa a ser tratada como normal ou anormal, e, por isso, passível de cuidados médicos e sanitários.



À caça, pois correm como veados!

A figura do homossexual, um sujeito que possui uma cultura, uma economia, uma política e uma história própria, toma sua primeira forma a partir do início do século XX pelo discurso médico e científico, e que se espalhou pela elite intelectual brasileira aos poucos. Em relação à população em geral, a figura de um sujeito praticante da homossexualidade começa a tomar forma, em parte, através da imprensa tradicional e alternativa ao longo do século XX.

Levando em conta que “dar nome às coisas é ordenar o mundo, é instituir os parâmetros pelos quais o vemos, é legislar e, sobretudo, socializar-se socializando-o” (GOMES, 2003, p. 21-22), quando surgem nomenclaturas como bicha, veado e bofe, que sobrepuseram-se aos então populares frescos e fanchonos, o que ocorre é a invenção de um novo mundo e, conseqüentemente, de novos modos de ser e estar neste mundo.

O termo *viado*, variação de veado, é útil para compreender, como parte das dimensões comunicacionais do dispositivo de sexualidade enquadrado a percepção sobre esses sujeitos através do jornalismo e seus meios. Para a autora, “o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos” (GOMES, 2003, p. 09) que, por sua vez, só existem para serem similares ao evento, mas nunca o sendo realmente. Em outras palavras, a notícia sobre esses homens, mais que retratar uma realidade dessas práticas, dá à elas

existência, e inventa-as posicionando os indivíduos nas redes de saber-poder. Nesta perspectiva, o mundo social não pré-existe às palavras que o nomeiam, pois as palavras nascem



articuladas aos valores sociais, a uma ordem do discurso. Assim, a emergência da injúria *viado* é uma invenção que permite observar a conjugação entre práticas discursivas e não-discursiva que compõem o dispositivo da sexualidade no Brasil indicando diferenças em relação aos putos, frescos e fanchonos.

O termo *viado* pode ter se popularizado por volta da década de 1920, graças a um incidente “amplamento divulgado pela imprensa” (GREEN, 2019, p. 153). O caso diz respeito a um policial que, ao falhar na tentativa de prender alguns desses homens que frequentavam parques em busca de homosociabilidade, se justificou dizendo que era impossível prendê-los, pois “corriam como veados” (GREEN, 2019, p. 153). A partir da indicação de Green (2019) quanto à divulgação do caso na imprensa, investigamos registros sobre o uso do termo *veado* na mídia brasileira através de uma análise do *Jornal do Brasil*ⁱⁱ (RJ). Fundado no início do século XIX, o jornal reúne textos e imagens de cunho jornalístico, literário e econômico que indicam diferentes contextos e sentidos para a palavra *veado*ⁱⁱⁱ.

263

Inicialmente, o uso do termo *veado* no jornal indica que a caça esportiva e o consumo de carne eram práticas comuns na época, mais precisamente por parte da elite brasileira. A prática era tão comum que o Club [sic] de Caçadores do Distrito Federal, tinha um grupo específico nomeados seriamente como “Turma de Veado”^{iv}. Em 1925, na edição 169, o impresso veiculou que o Conselho Municipal do Rio de Janeiro em uma sessão ordinária decidiu que “fica permittida [sic] em qualquer época do anno [sic] a caçada de pacas, cotias, porcos, coelhos, capivaras e veados, que constituem pragas de lavoura”^v.

No JB estão presentes ilustrações sobre a caçada aos veados e tabelas que incluíam o preço da carne e também textos literários que apresentavam com frequência cenas de caças. Ao mesmo tempo, ainda sem mencionar práticas homossexuais, na edição 159 de 1910, o jornal inicia uma notícia sobre perseguição policial afirmando que o fugitivo “corria como um veado”^{vi}. De maneira semelhante, a edição 32 de 1913 relata a fuga de cinco ladrões que “corriam como veados”^{vii}. Também no mesmo contexto, o termo aparece na edição 10 de 1919: “elles [sic] corriam como veados”^{viii}.



Porém em 1926, na edição 309, o Jornal do Brasil relaciona o animal veado com as práticas homossexuais, ao noticiar, com ironia, que o ex-presidente do bloco carnavalesco Caçadores de Veado, se encontrava "inconsolável" por conta da ausência de pessoas que não se aventuraram na chuva para acompanhar a assembléia geral do bloco. Então o jornal sugeriu: "tenha paciência, Nicoláo, a 'Floresta', também estava tão molhada que os Veados não podiam correr na... bateria do rainho"^{ix}.

Pelo Jornal do Brasil (RJ) é possível perceber a palavra veado, antes relacionada a uma praga de lavoura caçada prazerosamente pela elite, vincular-se ao correr do delinquente que foge da polícia. E, em seguida, sobrepondo a imagem do animal veado a do praticante da homossexualidade e da delinquência, a notícia sobre o bloco carnavalesco institui uma analogia entre os veados da floresta e os carnavalescos *viados*.

Essas observações são relevantes, pois, além da característica dimensionante, evidenciam uma perspectiva relacional importante para a comunicação. Na comunicação "nunca temos um elemento que signifique por si, ele só se coloca em significância por oposição e sua significância se determina somente em relação a outro" (GOMES, 2003, p. 26). A denominação veado não foi dada ao acaso. Na imprensa se "encontra organizações que lhe precedem, ordenações que lhe mostram ou indicam o que *deve ser visto*. O mundo a ser vivido lhe é apresentado numa configuração abrangente, direcionando o entendimento e assinalando prioridades" (GOMES, 2003, p. 33, grifo da autora).

Apesar desse cenário agressivo que parece ter sido construído em torno do termo *viado*, como Green (2019) indicou, esses homens assujeitados logo reterritorializaram (GOMES, 2003) a imagem da corça (*biche*, em francês) e a transformaram na figura da bicha. Até hoje, além de ser usado como ofensa, o termo bicha é também usado como forma de se autoafirmar positivamente como um sujeito adepto da homossexualidade dentro da comunidade LGBTQIA+. Esse processo de reterritorialização se faz presente nas mídias. Sem negar a evidente opressão sofrida por esses sujeitos tidos como desviantes das normas naturais e/ou divinas do sexo, a genealogia também rastreia resistências que atravessam



esses sujeitos e deixam rastros na história. É através das práticas jornalísticas que pretendemos reconstruir outros vestígios das disputas em torno desses modos de subjetivação.

Gay's News

Em 1963 surgiu O Snob, não o primeiro jornal voltado para as práticas e uma cultura específicas, mas o mais influente e duradouro de sua época. Segundo Green (2019), o jornal emitia uma mensagem positiva acerca das práticas homossexuais e também relacionava a imagem do homem efeminado a qualidades positivas. Para o autor, essa ideologia adotada foi similar ao *slogan "gay is good"*, que surgiu nos Estados Unidos em 1969. Através desta publicação, "um conjunto de códigos foi criado para facilitar a comunicação, classificar comportamentos e dar a eles significados, algo que foi incorporado pelos grupos da época e passou a fazer parte do cotidiano das turmas" (GALLAS; OLIVEIRA, 2012a, p. 07).

A imagem positiva sobre esses sujeitos construída pelo jornal foi bem recebida por muitos dessa comunidade, porém, a recorrência do jornal a uma sexualidade pautada nas divisões de gênero gerou atritos ideológicos entre os integrantes do jornal e a partir de 1968, a mídia alternativa começou a veicular uma nova visão desses indivíduos, mais próxima do que se tem hoje da figura do homossexual, distante dos padrões de gênero como definidores de práticas sexuais. Por conta da tensão política causada pela Ditadura Militar (1964-1985), os integrantes do jornal decidiram encerrar as publicações.

Já em 1976, alguns ex-redatores e leitores de O Snob se empenharam em produzir e publicar o jornal Gente Gay. No mesmo período, o mundo se deparava com um movimento estrangeiro amplamente divulgado pela mídia denominado *gay power*. Nesse novo jornal, além das travestis figurarem as capas, como era n'O Snob, figuras masculinas retiradas de publicações estrangeiras estavam disponíveis em todas as edições. Se antes, "o anonimato, símbolo de uma necessidade de autopreservação, era uma prática recorrente de toda publicação homossexual da época" (GALLAS; OLIVEIRA, 2012a, p. 08), no Gente Gay, os

colaboradores começaram a assinar seus nomes nas publicações.

Cada vez mais livres para compartilhar suas ideias e se identificar como sujeitos dessa sexualidade tida outrora como desviante, nas vozes desses homens *gays*, um modo de ser se espalhou através dos textos que eram distribuídos de maneira informal, já que nas tradicionais bancas corriam o risco de serem barrados, até mesmo presos, pela censura.

Cada vez mais a figura desse sujeito sexuado cria e registra sua própria cultura e história. Esses registros construídos por esses homens *gueis*, não pelo olhar estranhado do outro, gera mais atritos com as ideias generificadas já muito difundidas nas relações em sociedade e também dentro da própria comunidade, como aponta Green (2019).

Após o fim do Gente Gay, em 1978 surgiu o Lampião da Esquina, em "formato tablóide e uma tiragem de 20 mil exemplares" (GALLAS; OLIVEIRA, 2012b, p. 08). Esse jornal conseguiu ser mais profissional que seu anterior, pois, além dos intelectuais de diversas áreas que contribuíram em sua produção, "diversos jornalistas profissionais também trouxeram sua importante experiência prática para o empreendimento" (GREEN, 2019, p. 441).

Com o intuito "de mobilizar, politizar e marcar posições meio ao cenário de disputas discursivas, em que predominava a heteronormatividade" (GALLAS; OLIVEIRA, 2012b, p. 13), no primeiro editorial do jornal, sob o título Saindo do Gueto, o Conselho Editorial deixou claro o seu objetivo:

O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: *seu sexo não é aquele que ele desejaria ter* (CONSELHO EDITORIAL, 1978, p. 02, grifo nosso)

Toda essa imagem simbólica desses homens que faziam sexo com outros homens criada pela mídia alternativa se tornou uma versão popular e importada dos atuais sujeitos homossexuais provenientes da *scientia sexualis*, que também inaugura os heterossexuais, pois só





poderiam existir enquanto oposição a alguma figura que até então não estava presente no seu cotidiano.

Gomes (2003) aponta que o jornalismo, assim como outros meios comunicacionais, funciona em função de um dispositivo disciplinar que organiza e distribui a verdade resultante dos jogos de poderes em nossa sociedade. Essa mídia voltada para o homem guei teve, e ainda tem, muita influência no que diz respeito à constituição desses sujeitos, pois cada vez mais sua capacidade de disseminação de informação aumenta.

Acontecimento Aids

No início século XX, o sexo foi vigiado, registrado, controlado e normatizado, principalmente pela medicina, pela ciência e pelo Estado. Ao mesmo tempo, uma cultura própria ia se formando, que se disseminou com a ajuda dessa mídia alternativa *gay* e apesar das adversidades, reivindicou seu próprio espaço.

Nas novelas, produções culturais muito consumidas no Brasil, fica evidente o interesse de contar histórias que incluíam esses homens. Segundo Silva (2015), as primeiras práticas homossexuais retratadas nas novelas da Globo datam de 1970, quando 6 desses personagens foram interpretados, e na década seguinte esse número quase dobrou, totalizando 11 personagens. Porém, não é de se estranhar o aumento desse número se for considerada a visibilidade que a Aids e as políticas em torno dela deram para esses homens.

Em 12 de junho de 1983, o Jornal do Brasil (RJ) noticiava: "Brasil já registra 2 casos de 'câncer-gay'"^x. No mesmo mês, nos Estados Unidos da América, já contabilizavam 1552 pessoas^{xi} atingidas pela Aids e 597 mortes causadas pela doença. Quase um ano depois, em 29 de Maio de 1984, o Jornal do Brasil (RJ) noticiava que, desde Julho de 1982, a Aids já havia afetado 49 pessoas em São Paulo, das quais 26 já haviam morrido^{xii}. "No início de 85, um novo caso de AIDS, no mínimo, era registrado a cada dia, e quatro mortes atribuídas à doença ocorriam por semana" (DANIEL e PARKER, 2018, p. 60). Neste mesmo ano, "o



Brasil foi considerado então o quarto país do mundo com maior número de doentes de aids" (TREVISAN, 2018, p. 402).

Além de o tema ter cada vez mais destaque no meio impresso, a imprensa televisiva também revela o interesse em tematizar essa nova doença. O programa Noites Cariocas da TV Record, em uma entrevista com dois médicos, prometia desmistificar o "câncer gay"^{xiii}, enquanto Hebe, em seu programa na Rede Bandeirantes, entrevistou a Dra. Valéria Pedri, responsável pelo tratamento dos dois primeiros casos notificados no Brasil^{xiv}. Em um artigo de opinião de 1985 publicado no jornal^{xv}, o clínico-geral Leonardo Frajhof, criticando o termo "câncer gay", afirma que "é sempre importante separar o que é doença e o que é metáfora, porém, as práticas sanitárias parecem reforçar este pensar metafórico". Esse pensamento metafórico que outrora construiu a figura desses homens ligando-os ao pecado cristão, agora os atrelava a Aids, uma doença com grande capacidade de estigmatizar a quem adoece através da dicotomia saudável e patológico do discurso metafórico da ciência. Com ajuda do jornalismo essas metáforas se propagaram, uma vez que as informações sobre a Aids invadiram "com sensacionalismo os meios de comunicação e o cotidiano dos homossexuais [e não homossexuais] brasileiros" (TREVISAN, 2018, p. 400).

Para Sontag (1989), "as metáforas militares vêm cada vez mais se inserindo em todos os aspectos da descrição da situação médica" (p. 13). Como metáforas militares, a autora se refere às palavras de ordem e aos cuidados que prometem dizimar seu inimigo, a doença, o que normalmente reflete também no doente, como foi o caso da Aids nos seus primeiros anos, pois "a doença física da aids ficou diretamente associada à 'doença moral' da homossexualidade, no entender de tantos conservadores" (TREVISAN, 2018, p. 408).

Enquanto modelos belicosos, assim como percebeu Foucault (2020), as guerras do século XIX modificaram a forma de governar no Ocidente, quando o princípio - poder matar para poder viver - tornou-se princípio de estratégia orientada para a população. Não se trata mais de dominar a vida

do indivíduo até causar sua morte, agora "o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos



macios de população" (p. 148). Interpeladas por essa biopolítica, segundo Sontag (1989), as metáforas militarizadas em torno da Aids contribuíram para estigmatizar seus infectados com a desculpa de proteger os saudáveis.

Diante do imaginário popular e do saber médico-científico da época, a Aids foi tida como uma praga enviada por Deus para limpar a humanidade do mesmo pecado que devastou Sodoma, que por consequência, seria uma punição. Outros viam a Aids como exclusiva de determinados grupos sociais marginais que, nessa lógica, buscavam e recebiam o que mereciam pelo seu comportamento incorreto. Nestes casos, o que causa a infecção "é irresponsabilidade, delinqüência – o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente" (SONTAG, 1989, p. 31), ou seja, "o doente da aids era culpado de sua doença" (TREVISAN, 2018, p. 408). Enquanto os que não teriam causado isso a si próprios seriam poupados dessa acusação, como no caso dos hemofílicos.

269

Já entre esses homens e outras pessoas desse "grupo de risco", o que parecia predominar era uma teoria da conspiração atrelada a esse histórico de constante observação sobre esses corpos suspeitos no Brasil do século XX. Em meio à mistura dos reais motivos de infecção e justificativas morais que proliferavam na época, uma entrevistada do documentário Temporada de Caça (1988) afirma: "isso é guerra bacteriológica, é um meio deles controlarem a natalidade, mas usaram de bode expiatório os homossexuais e os negros na África".

Se hoje, aparatos jurídicos e da área da saúde fazem a manutenção da vida dos homossexuais em prol de fazê-los viver, durante a epidemia da Aids os acometidos pela doença eram largados à própria sorte. Por acometidos pela doença leia-se homossexuais, apesar de não ser uma doença naturalmente restrita a esse grupo de pessoas, criou-se na sociedade, através da ideia de "cancêr gay" propagada pela mídia naquela época, uma relação de causa-efeito entre a Aids e as práticas homossexuais: você é homossexual/gay/bicha/veado porque tem Aids, ou, você tem Aids porque é homossexual/gay/bicha/veado.



Segundo Parker (2002), a epidemia Aids no Brasil, além de estigmatizar os incluídos nesses “grupos de risco”, também organizou e disseminou uma classificação que até então se via muito restrita à elite brasileira: o sujeito homossexual. “Graças à aids, o desejo homossexual ficou mais presente (no sentido de evidência) dentro da sociedade em geral” (TREVISAN, 2018, p. 435). Esses homens e suas práticas passam a ser cada vez mais vistos “não apenas como uma forma de comportamento sexual, mas também como uma classe de pessoas ou mesmo uma maneira diferente de ser no mundo” (PARKER, 2002, p. 67).

A Aids, como fenômeno social, mobilizou e estruturou grupos militantes em torno da homossexualidade. Devido à pressão desses inúmeros grupos, na década de 1990, como aponta Trevisan (2018), a Organização Mundial de Saúde, a OMS, considerou o Brasil um país modelo no tratamento e prevenção da doença.

Certamente não foi com o objetivo de estigmatizar aqueles que foram afetados por ela que a doença surgiu. Tão pouco era o intuito do vírus reorganizar e inaugurar indivíduos em torno de uma antiga prática. Ao que parece, a Aids, no Brasil e no mundo, foi um *acontecimento*. Como indica Foucault (2014), os acontecimentos são as “cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (p. 55). A Aids enquanto acontecimento modificou o modo como esses apreciadores dos prazeres homoeróticos eram vistos pela sociedade e até mesmo como eles se reconheciam. Ou seja, possibilitou a emergência de modos de subjetivação e dispersou esses sujeitos em novos espaços e funções.

Se antes a ideia de sujeito homossexual estava restrita a uma elite brasileira mais instruída (DANIEL, PARKER, 2018; PARKER, 2002), graças à ampla cobertura midiática da Aids, o termo homossexual popularizou-se no território brasileiro, enquanto uma forma peculiar de subjetivação. Ao cobrir de forma massiva o assunto Aids, mesmo que muitas vezes de maneira pejorativa, os meios de comunicação deram “uma visibilidade e importância tal que o pacto público-privado entre heterossexuais e



homossexuais teve que ser renegociado" (TREVISAN, 2018, p. 436).

Diante do exposto, fica evidente a força do argumento principal dessa pesquisa de que a ideia de um sujeito homossexual, com todas as significações que tem hoje, encontrou condições de possibilidade com o empenho dos meios de comunicação. Através da exposição negativa e, na mesma medida, o empenho dos ativistas em reverter esse cenário, foi possível a constituição e emergência de um sujeito homossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo observado por Foucault mudou muito, mas os efeitos percebidos por ele não se dissiparam totalmente e nem mesmo se restringiram ao continente europeu. Como observado, um movimento de implantação do dispositivo de sexualidade se mostrou similar em território nacional, apesar das diferenças. A medicina, a segurança pública, a ciência, a religião e as famílias se empenharam em conter práticas sexuais consideradas desviantes. Juntas, essas instituições demarcaram um terreno de pecado, anomalia, perversão e imprudência civil para as práticas sexuais de putos, frescos, fanchonos, veados, bofes e bichas, ou no léxico científico, de homossexuais, termo popular apenas entre a elite brasileira.

As práticas e os modos de ser foram vigiados e patologizados. Das ações dessa *scientia sexualis* no Brasil, emergiu o homossexual, um sujeito de corpo biologizado, com suas próprias histórias de vida e modos de ser que explicavam o desejo por outro igual. Inicialmente, este outro modo de ser homem emergiu longe das periferias e meios populares, tomando forma apenas entre a elite e seus intelectuais.

Apesar de pouco se ouvir sobre os putos e frescos hoje, as bichas e os veados, ainda tão presentes, sofreram com as mazelas históricas que herdaram de seus precedentes. Como pudemos perceber, o termo veado tomou proporções inesperadas ao longo do tempo. Se no início do século XX veado era uma praga de lavoura cuja a caça esportiva era autorizada no Brasil, a partir da década



de 1920 é possível perceber a aproximação do termo aos indivíduos cuja as práticas sexuais eram consideradas desviantes por conta do desejo pelos seus semelhantes. Essa realocação do termo veado no imaginário popular não se deu apenas em questões discursivas, mas também não discursivas, pois evidenciou o ímpeto de caça e extermínio desses sujeitos que, assim como os animais no passado, eram considerados uma praga a ser exterminada. Fica perceptível o agenciamento entre relações discursivas e não discursivas para construir o sentido final do *sujeito-veado*, ao menos enquanto sua homogeneidade temporária o estabiliza.

Ao mesmo tempo que estas formas de dominação e repressão eram moldadas, resistências surgiam. Através da luta pelo discurso sobre suas práticas sexuais, estes homens valeram-se do jornalismo como meio de fazer ecoar modos de ser através dos periódicos *O Snob*, *Gente Gay* e *Lampião da Esquina*. Esses rastros da existência desses sujeitos mostram que esses homens colocaram em discurso seus desejos e modos de ser, além de noticiarem assuntos de pouco interesse da mídia tradicional, devido aos tabus da época.

Durante essa disputa discursiva, parcialmente devido à importação de informações do cotidiano *gay* do exterior por esses jornais alternativos, o sentido anglo-americano do sujeito *gay* tomou forma em parte da população brasileira, principalmente entre esses homens que passam a se afastar ainda mais da noção generificada para se subjetivarem.

Apesar do empenho em periodizar essas proveniências do sujeito homossexual, vale ressaltar que essa periodização não implica em uma linearidade. Pelo contrário, com seus próprios sentidos e modos de ser do seu tempo, os putos, frescos, fanchonos, veados, bofes e *gays* coexistiram e se sobrepuseram nessa malha de forças que aproxima e afasta uns dos outros. Apesar das estabilidades de sentido e modos de ser que cada nomenclatura vinha tendo até aqui, seus sentidos se encontravam dispersos, localizados em grupos distintos, pouco ou nada aglutinados de forma massiva. Porém, graças a cobertura da Aids pela mídia tradicional brasileira, as práticas e sentidos da homossexualidade,



provenientes da *scientia sexualis*, emergiu como o termo aglutinador utilizado ainda hoje.

Com os primeiros casos nacionais de Aids, os jornais brasileiros noticiaram com afinco o "câncer gay". Essa metáfora recorrente nas mídias tradicionais aglutinou os sentidos e modos

de ser do sujeito *gay*, em parte provenientes das noções anglo-americanas importadas pelo *gay's news*, aos do homossexual da *scientia sexualis*. Portanto, a cobertura da mídia brasileira não só estigmatizou e repatologizou a homossexualidade através de suas metáforas e associações, mas também, a população teve acesso à informações sobre o que é ser homossexual

Devido a essa cobertura massiva sobre o assunto, toda a população brasileira teve acesso a uma nova visão de sexualidade estruturada, principalmente, pela ciência e disseminada pelos meios de comunicação. Antes mais restrita à elite, a concepção de homossexualidade ganhou força e rarefez os sentidos dispersos sobre as práticas homossexuais em território nacional. Ao consolidar a subjetividade homossexual, o acontecimento da Aids marca uma descontinuidade na história fazendo prevalecer um sujeito com seus próprios modos de ser, estar no mundo e nele intervir, bem como corpos construídos e moldados através do saber-poder científico, médico e religioso, os quais estes são, inúmeras vezes, validados pelas mídias de todo o país.

273

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAR, M. R. de A. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. *Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 243 – 251, Abril 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56551/34034>. Acesso em: 02 Fev 2022.

CLEMENTE, A.; MALINVERNI, C. Do corpo do sodomita à resistência pública do prazer: um itinerário para o estudo da pegação masculina nas cidades. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*,

PODER E RESISTÊNCIA
NA INVENÇÃO MIDIÁTICA...
Afluente, UFMA/CCBa, v.8,
n.22, p. 253-276, jun. 2023
ISSN 2525-3441

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 212 – 224, Janeiro 2020.

DUARTE, A. de M. Reler Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade. *Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 253 – 264, Abril 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56552/34035>. Acesso em: 03 Fev 2022.



ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. 455 p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020. v. 1. 176 p. (História da Sexualidade, v. 1).

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021. 432 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Ed.). *Michel*

Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249.

GALLAS, A. K. C.; OLIVEIRA, Y. G. de. O Surgimento da Imprensa Alternativa Gay no Brasil: O caso do jornal O Snob. In: 2º Encontro Nordeste de História da Mídia.Teresina: [s.n.], 2012a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/nordeste/2o-encontro-2012/gt-7-2013-historia-da-midia-alternativa/o-surgimento-da-imprensa-alternativa-gay-no-brasil-o-caso-do-jornal-o-snob/view>. Acesso em: 02 Mar 2022.

encontros-regionais/nordeste/2o-encontro-2012/gt-7-2013-historia-da-midia-alternativa/o-surgimento-da-imprensa-alternativa-gay-no-brasil-o-caso-do-jornal-o-snob/view. Acesso em: 02 Mar 2022.

GALLAS, A. K. C.; OLIVEIRA, Y. G. de. Publicações Destinadas aos Homossexuais no Brasil: O Snob (1963-1969) e Lampião da Esquina (1978-1981). In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza: [s.n.], 2012b. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1516-1.pdf>. Acesso em: 02 Mar 2022.

GOMES, M. R. *Poder no Jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores, 2003. 112 p. ISBN 85-86179-37-X.

GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019. 552 p.

JABLONKA, I. *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. (Ed.). *Microfísica do Poder*. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021. p. 7 – 34.



PARKER, R. *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002. 384 p.

SILVA, F. N. da. Bicha (nem tão) má: Representações da homossexualidade na telenovela amor à vida. 2015. 226 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7112/1/000467545-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 01 out 2021.

SONTAG, S. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 112 p.

TEMPLE, G. C. *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. 1. ed. Cruz das Almas: UFRB, 2013. 288 p.

TREVISAN, J. S. Paraíso perdido, Paraíso reencontrado. In: TREVISAN, J. S. (Ed.). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: *Objetiva*, 2018. cap. Parte VIII, p. 398 – 446. ISBN 978-85-545-1188-3.

Recebido em 10 de abril de 2023.

Aprovado em 29 de maio de 2023.

ⁱ Para Temple (2013), o acontecimento “é tudo aquilo que se pensa sobre o ser, mas que não é o ser” (p. 133), ou seja, uma característica atribuída a um indivíduo não define a sua essência, pois só é possível ser por meio das relações. Por isso, uma maneira de ser, o exprimível, não a essência do sujeito, mas sobre o sentido, atribuído ou autoproclamado, que ele tem da realidade que lhe é imposta.

ⁱⁱ JORNAL DO BRASIL. Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

ⁱⁱⁱ Através da ferramenta de busca do site, o termo “veado” foi localizado 5298 vezes nos períodos entre 1910 e 1929. Dentre os usos do termo



que não são de relevância para a pesquisa é possível observá-lo em contextos como: jogo do bicho, marca de cigarro e vendas, o que evidencia o uso recorrente do termo veado sem o peso de nenhum tabu sexual. Com o tempo, tal uso foi eclipsado pela conotação ao homossexual.

^{iv} Clube de Caçadores do Distrito Federal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1913. Cynegética. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/18474. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^v Conselho Municipal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/39202. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{vi} Pega! Pega! Pega! O "sestroso" engaiolado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro 8 de junho de 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/8472. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{vii} Paraíso dos ladrões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/17974. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{viii} Trabalho perdido... Roubaram e não puderam carregar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/44168. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{ix} Indiscrições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/52171. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^x Carlos Pereira de Souza. Brasil já registra 2 casos de "cancêr-gay". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/99286. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{xi} Fritz Utzeri. Vírus pequeno provoca "câncer gay". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/99974. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{xii} AIDS vitimou 49 em SP em 1 ano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/120702. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{xiii} Armamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de Junho de 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/100528. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{xiv} Canal 7 Rede Bandeirantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/99880. Acesso em: 24 de maio de 2023.

^{xv} Leonardo Frajhof. A nova peste. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/153745. Acesso em: 24 de maio de 2023.